

O CONCÍLIO DE ATOS 15

Intimamente relacionada com o suposto papel da Ressurreição ocorre a opinião popular de que a igreja em Jerusalém foi a pioneira em abandonar o sábado para adotar o domingo.

O Domingo Começou em Jerusalém Porque Ali Foi Onde Cristo Ressuscitou

Primeiramente, presume-se que Jerusalém deve ser o berço da observância do domingo, porque foi o lugar onde Jesus ergueu-Se dos mortos no primeiro dia da semana, conforme a crença popular.

Esse pressuposto carece de suporte bíblico e histórico porque na igreja apostólica a Ressurreição era vista como uma realidade existencial experimentada por viver vitoriosamente pelo poder do Salvador Ressurreto, e não uma prática litúrgica associada com o culto do domingo.

Nada no Novo Testamento prescreve ou mesmo sugere a comemoração da ressurreição de Jesus no domingo. O próprio nome "Dia da Ressurreição" não aparece na literatura cristã até o princípio do quarto século.

Tanto o **livro de Atos dos Apóstolos quanto vários documentos judaico-cristãos** claramente revelam que a composição étnica e orientação teológica da igreja de Jerusalém eram **profundamente judaicas**. Lucas caracteriza a igreja de Jerusalém como composta por cristãos "zelosos pela lei" (Atos 21:20). Esta é uma precisa descrição que dificilmente permite ver o abandono de um dos principais preceitos da lei, qual seja, o sábado, tão firmemente observado pelos judeus, de modo até exagerado, o que levou Cristo a intervir para corrigir as distorções aplicadas ao mandamento (ver Mateus 12:12).

Paulo Aprendeu Sobre a Observância do Domingo de Dirigentes Judaicos

O segundo pressuposto equivocado é que Paulo aprendeu sobre a observância do domingo dos líderes apostólicos da igreja de Jerusalém e ensinou-o a seus conversos gentios.

Em seu livro *The Lord's Day* [O dia do senhor], Paul Jewett observa, por exemplo: "Se Paulo tivesse introduzido o culto dominical entre os gentios, parece provável que a oposição judaica teria acusado a sua temeridade em pôr de lado a lei do sábado, como foi o caso com referência ao rito da circuncisão (Atos 21:21)".

A verdade é que os cristãos judeus, como veremos agora, eram profundamente comprometidos com a observância da lei em geral e do sábado em particular. A ausência de qualquer controvérsia entre Paulo e os irmãos judeus indica, muito

mais, que o sábado nunca se tornou uma disputa na igreja apostólica porque era fielmente observado por todos os cristãos.

Somente a Apostólica Igreja de Jerusalém Poderia Mudar o Sábado para o Domingo

O terceiro pressuposto equivocado é de que somente a igreja de Jerusalém, que foi a igreja-mãe da cristandade, teria reunido autoridade e respeito suficientes para persuadir todas as igrejas cristãs espalhadas por todo o Império Romano para mudar seu dia semanal de culto do sábado para o domingo. Igrejas menos influentes nunca poderiam ter realizado essa mudança.

O problema fundamental com esse pressuposto é não reconhecer a composição judaica e orientação teológica da igreja de Jerusalém. De todas as igrejas cristãs, a de Jerusalém era a única que se compunha quase exclusivamente de judeus cristãos que eram zelosos na observância da lei em geral, e do sábado em particular.

Apego à lei. O apego da igreja de Jerusalém à lei mosaica é refletida nas decisões do primeiro concílio de Jerusalém realizado entre 49-50 AD (ver Atos 15). A isenção da circuncisão foi concedida somente "**aos irmãos dentre os gentios**" (Atos 15:23). **Nenhuma concessão é feita para os cristãos judeus, que deviam continuar a circuncidar os seus filhos.**

Ademais, a isenção dos gentios da prática da circuncisão não subentende que estavam livres da observância da lei em geral, e do sábado em particular. Isto é claramente indicado pelo fato de que se esperava que os gentios observassem as quatro leis mosaicas com respeito ao "forasteiro" que habitasse entre os israelitas.

Essas leis se acham em Levítico 17 e 18 e são citadas na decisão do Concílio de Jerusalém: "Que vos abstenhais das cousas sacrificadas a ídolos, bem como do sangue, da carne de animais sufocados e das relações sexuais ilícitas" (Atos 15:29). Essa preocupação do Concílio de Jerusalém quanto à contaminação ritual e leis alimentares reflete seu contínuo apego às leis mosaicas.

Esta conclusão é apoiada pela razão dada por Tiago ao requerer que os gentios observassem as quatro leis mosaicas concernentes aos "forasteiros". "Porque Moisés tem, em cada cidade desde tempos antigos, os que o pregam nas sinagogas, onde é lido todos os sábados" (Atos 15:21). Todos os intérpretes reconhecem que tanto em sua proposta quanto em sua justificativa, Tiago reafirma a natureza vigente da lei mosaica que era costumeiramente ensinada cada sábado na sinagoga.

O lugar das reuniões cristãs

Os lugares para as reuniões mais frequentemente mencionados no livro de Atos são o Templo, a sinagoga e casas particulares e uma vez ocorreu reunião a céu aberto. (Templo: Atos 2:46; 3:4; 5:12, 20, 25, 42; Sinagoga: Atos 9:20; 13:5, 14, 42; 14:1; 17:1, 10, 17; 18:4, 19, 26; 19:8; Casas: Atos 1:13; 2:46; 5:42; 12:12; 20:7; à margem do rio: Atos 16:16.)

As reuniões privadas da comunidade primitiva, embora designadas a expressar mais livre e completamente o fundamento de sua fé no Senhor ressurreto, não são apresentadas em conflito com os serviços do Templo e da Sinagoga, mas como complemento deles. Ralph Martin observa que “nos primeiros dias da vida da Igreja, parece não ter havido desejo algum de se abandonar a religião primeira – pelo menos no que concerne à prática exterior da fé”. (*Ralph P. Martin, Worship in the Early Church, 1974, p. 18*)

O autor assinala que “a mais primitiva Igreja cristã parecia um partido dentro do rebanho judaico” e era explicitamente designada como “a seita dos nazarenos” (Atos 24:5). A mesma palavra – “**seita**” – é usada em Atos para descrever tanto o partido cristão (Atos 24:5 e 14; Atos 28:22) como os partidos judeus oficiais dos saduceus (Atos 5:17) e fariseus (Atos 15:5; Atos 26:5). Portanto, Martin conclui que “nada havia, em sua presença, que soasse estranho a respeito dos congregados judeus de um só pensamento como um grupo de nazarenos”.

Alguns eruditos chegam a sugerir que externamente a comunidade primitiva pode, primeiramente ter se assemelhado a uma sinagoga especial, pois, segundo o Mishnah, eram necessários somente dez judeus de sexo masculino para formar uma sinagoga em qualquer lugar. (*F. J. Foakes Jackson e Kirsopp Lake, The Beginnings of Christianity, 1933, 1, p. 304*)

É fato que a sinagoga é o local de culto mais frequentemente mencionado. Verificamos isto no ministério de Cristo, uma vez que Ele ensinava e adorava nas sinagogas no sábado (Marcos 1:21 a 28; Marcos 3:1 a 6; Marcos 6:2; Mateus 4:23; Lucas 5:15; Lucas 16:30, 31 e 44; Lucas 6:6; Lucas 13:10 a 17; João 6:59; João 18:20). Semelhantemente, em Atos, o registro da frequência cristã à sinagoga é muito impressionante. Paulo se reunia regularmente na sinagoga com os “judeus e gregos” (Atos 18:4 e 19; Atos 13:5, 14, 42 e 44; Atos 14:1; Atos 17:1, 10 e 11) e até Apolo, quando chegou em Éfeso, reuniu-se com os crentes de Éfeso na sinagoga (Atos 18:24 a 26).

C. W. Dugmore, a quem somos devedores por um estudo completo sobre a influência da sinagoga sobre o serviço cristão, demonstra persuasivamente que a “sinagoga realmente influenciou tanto a forma de culto como as horas em que

os cristãos se reuniam para a oração pública nos primeiros quatro séculos de nossa era, em um grau muito maior do que , às vezes, é reconhecido" (C. W. Dugmore, *"Lord's Day and Easter", Neotestamentica et Patristica in honorem sexagenarii O. Cullmann, 1962, p. 272*)

As frequentes referências ao Templo, à sinagoga, à oração e pregação, sugerem que o culto cristão surgiu não como uma instituição completamente nova, mas sim como uma continuidade e reinterpretação dos serviços religiosos judaicos. Pedro e João, por exemplo, após a experiência do Pentecostes, vão até a porta do Templo à hora da oração (Atos 3:1).

A frequência ao Templo e à sinagoga continua ainda, embora sejam conduzidas reuniões privadas complementares. Semelhantemente, a língua do culto judaico – sacrifício, oferta, sacerdote, pastor – permanece em uso. É óbvio que tudo isto fosse reinterpretado à luz de seu cumprimento messiânico – do evento "Cristo". Não há, todavia, indicação alguma de que sua nova fé provocasse o abandono imediato dos lugares de culto regular dos judeus.

A orientação teológica da igreja de Jerusalém

A igreja originou-se na cidade ao redor do núcleo dos doze apóstolos. Uma vez que estes, bem como seus primeiros conversos eram, como bem declarou T. W. Manson, "judeus por nascimento e crescimento ... é provável, a priori, que trouxessem à nova comunidade pelo menos algum as das práticas religiosas às quais há muito estavam acostumados". (T.M. Manson)

Lucas relata que entre os muitos conversos judeus, havia um grande número de **sacerdotes** que "eram obedientes à fé" (Atos 6:7). Lucas não dá indicação alguma de que sua conversão conflitasse, em qualquer sentido, com seu apego à velha Lei. Parece plausível identificar estes sacerdotes convertidos com os anciãos que assistiam a Tiago e aos apóstolos na administração da Igreja (Atos 15:6, 22 e 23; Atos 16:4; Atos 20:17 e 18).

Esta informação dada por Lucas revela que a igreja de Jerusalém não somente era composta principalmente de conversos judeus, mas possivelmente era até administrada por ex-sacerdotes, segundo o familiar modelo judaico do sinédrio. Sua atitude básica em relação às observâncias religiosas judaicas é melhor expressa pela concisa declaração de Lucas de que "eram todos zelosos da lei" (Atos 21:20).

A escolha e exaltação de Tiago concede confirmação adicional da orientação teológica "judaica" da igreja de Jerusalém. **Por que foi Tiago "o irmão do Senhor" (Gálatas 1:19) e não outro apóstolo o escolhido para liderar a Igreja?**

Aparentemente, na escolha de um líder para a Igreja, o fator parentesco foi considerado mais importante que qualquer relacionamento anterior com Cristo.

Esta razão, já implícita nas referências de Lucas e Paulo a Tiago, é explicitamente fornecida em várias obras posteriores de origem judaico-cristã.

Hegesippus, um converso judeu do segundo século, nativo da Palestina e vários autores anônimos que produziram obras tais como: o *Proto-Evangelho de Tiago*, o *Evangelho dos Hebreus*, a *História de José*, o *Carpinteiro*, o *Evangelho de Tomé*, os *diversos Apocalipses de Tiago*, o *Reconhecimento Clementino* e as *Homilias* exaltam a figura de Tiago.

Nestas obras, Tiago é glorificado como o representante legítimo de Cristo (*The Protoevangelium of James*, 18); como o irmão real de Cristo a quem primeiro apareceu (*The Gospel to the Hebrews*); como o cabeça da Igreja (*Il Apocalypse of James III-IV encontrado em Nag Hammadi*).

Parece, portanto, que aos olhos dos judeus cristãos, Tiago era superior a Pedro e a Paulo, por que era descendente de Davi, do mesmo sangue de Jesus, e, portanto, o legítimo representante da raça sacerdotal; e, finalmente, ele observou a lei ao ponto do heroísmo. Nenhum outro apóstolo poderia reivindicar tais prerrogativas. (B. Bagatti)

No *Recognitions of Clement 1*, 68, Tiago é denominado o “principal dos bispos” (ANF VIII, p. 94). No mesmo documento é dada a seguinte instrução: “Tomai a maior cautela, não creiais em mestre, a menos que ele traga de Jerusalém o testemunho de Tiago, irmão do Senhor, ou quem quer que venha após ele” (4, 35 ANF VIII, 162).

A mesma atribuição de primazia a Tiago se encontra na introdução da *Epistle of Clement to James*: “Clemente a Tiago, o senhor e bispo de bispos, que dirige Jerusalém, a santa igreja dos hebreus, e as igrejas de toda a parte” (ANF VIII, p. 18).

Assim, permanece o fato de que **Tiago foi aparentemente escolhido porque podia reivindicar parentesco sanguíneo com Cristo** e assim cumprir o papel de um legítimo “sumo sacerdote” cristão. Isto revela o quanto o novo “sacerdócio” cristão e a liderança na cidade eram de orientação judia.

Vejam, ainda, a título argumentativo, que **Paulo sofreu terríveis ataques por parte dos judeus**, como por exemplo o ataque que lhe foi feito, nestes termos: “ensinas todos os judeus que estar entre os gentios a apartarem-se de Moisés, dizendo que não devem circuncidar seus filhos nem andar segundo o costume da lei” (Atos 21:21). Paulo, entretanto, negou tal acusação: “Nada fiz contra o povo ou os costumes de nossos pais” (Atos 21:17). Aparentemente, Paulo podia

dizer isto em boa consciência porque nunca instou os judeus, por exemplo, a abandonarem a circuncisão. A isenção foi feita somente aos gentios (Atos 15:23).

É dado significativo que, enquanto **Paulo** era acusado pelos judeus com relação à circuncisão, **acusação nenhuma jamais foi feita contra ele de quebrar o sábado**. Semelhantemente, na **acusação contra Estevão**, há uma referência genérica ao Templo, lei e costumes, mas nenhuma alusão específica ao sábado.

O CONCÍLIO DE JERUSALÉM

No ano de 49-50 A.D. os líderes da Igreja Cristã se reuniram em Jerusalém para deliberar sobre os requisitos básicos a serem cumpridos pelos gentios que aceitavam a fé cristã. O Concílio foi convocado por causa da dissensão que surgiu em Antioquia quando certos agitadores vieram da Judeia para aquela igreja, ensinando: "Se não vos circuncidardes segundo o costume de Moisés, não podeis ser salvos". (Atos 15:1).

Esses judaizantes aparentemente alegavam falar em nome de Tiago, embora ele claramente negasse tê-los autorizado a fazer isto (Atos 15:24). Para definir a discussão, achou-se necessário que Paulo e Barnabé fossem a Jerusalém para discutir o problema com os apóstolos e anciãos (Atos 15:3). Houve grande contenda (Atos 15:7) na reunião, e foram feitos discursos por Pedro, Paulo e Barnabé (versos 7 e 12).

Ao final, Tiago, que parece ter sido o presidente, propôs que os gentios que se haviam tornado cristãos estavam isentos da circuncisão, sendo, porém, notificados que deviam se abster "das contaminações dos ídolos, da prostituição, da carne de animais sufocados e do sangue. Porque Moisés tem, em cada cidade desde tempos antigos, os que o pregam nas sinagogas, onde é lido todos os sábados" (versos 20 e 21).

A proposta foi aprovada pelos "apóstolos e anciãos" (verso 22) e medidas imediatas para assegurar sua implantação foram tomadas. A decisão do concílio, mencionada três vezes (Atos 15:20, 29; 21:25) com pequenas variantes, lança alguma luz na atitude da igreja de Jerusalém para com a lei judaica. Vários pontos são dignos de nota.

A isenção da circuncisão foi concedida somente "aos irmãos dentre os gentios" (verso 23). Nenhuma inovação houve para os cristãos judeus, que ainda circuncidavam seus filhos. Isto está indicado, não somente pela existência, após o concílio, de um grupo que era a favor da circuncisão, aparentemente apoiado por Tiago (Gálatas 2:12), que constantemente embarçava as comunidades gentias evangelizadas por Paulo (Gálatas 3:1; Gálatas 5:12; Gálatas 6:12; Filipenses 3:2), mas também pela explícita acusação

que Tiago e os anciãos” fizeram a Paulo (aproximadamente dez anos mais tarde), a saber: “ensinas todos os judeus que estão entre os gentios a apartarem-se de Moisés, dizendo que não devem circuncidar seus filhos nem andar segundo o costume da lei” (Atos 21:21).

A preocupação dos líderes da igreja de Jerusalém por tal boato (mesmo após tanto tempo, cerca de 58 A.D.) **e sua proposta a Paulo de que silenciase a acusação fazendo um voto de purificação no Templo** (Atos 21:25), revelam quão profundamente ligados eles ainda estavam às instituições judaicas, como a circuncisão.

Além disso, as mesmas propostas feitas por Tiago e adotadas pelo Concílio, indicam que não se concedia liberdade indiscriminada aos gentios no tocante aos reclamos da lei. Dos quatro preceitos do decreto, de fato, um é moral (abstenção da prostituição) e três são cerimoniais (abstenção da contaminação dos ídolos, do que é sufocado e do sangue) (verso 20).

Esta preocupação desnecessária pela contaminação ritual e leis alimentares reflete o grande respeito que ainda prevalecia para com a lei cerimonial. **Para evitar ofender os preconceitos dos cristãos judeus**, os conversos gentios deviam se abster de comer o que quer que fosse oferecido a ídolos, e até mesmo de aceitar ou participar de uma festa doméstica gentia, onde pudesse ser servido alimento associado a ídolos. Deviam também seguir as leis alimentares judaicas, não comendo da carne de animais mortos por estrangulamento. Esta preocupação excessiva de Tiago e dos apóstolos (Atos 15:22) em respeitar os escrúpulos judaicos quanto ao alimento e a associação com os gentios, **difícilmente nos permite imaginar que um assunto de maior importância como a observância do sábado fosse unanimemente ab-rogado**.

Mas, como podem alguns interpretar o silêncio do Concílio na questão do sábado como “a mais eloquente prova de que a observância do domingo havia sido reconhecida por toda a Igreja apostólica e tinha sido adotada pelas igrejas paulinas”?

Que tão drástica mudança no dia de adoração houvesse sido unanimemente realizada e aceita, sem provocar dissensão, é difícil de acreditar, em vista de diversos fatores. A atitude prevalecente da igreja de Jerusalém, como já destacamos, era caracterizada por intransigente respeito e observância dos costumes e instituições judaicas. Em tal clima, era praticamente impossível mudar a data de uma instituição milenar como o sábado, ainda altamente respeitada.

A declaração que Tiago fez para apoiar sua proposta é também significativa neste particular: “porque Moisés tem, em cada cidade desde tempos antigos, os

que o pregam nas sinagogas, onde é lido todos os sábados” (Atos 15:21). A conexão entre a proposta de Tiago (verso 20) e esta declaração explicativa (verso 21) tem sido diversamente interpretada. Alguns acreditam que significa que os cristãos judeus não precisavam temer que a liberdade gentílica solapasse a observância das leis mosaicas, “ainda lidas, cada sábado, nas sinagogas ou congregações”. Outros entendem que o verso significa que assim como os preceitos da lei de Moisés eram diligentemente ensinados cada sábado, os cristãos gentílicos deviam cuidar para não ofender os preconceitos de seus irmãos judeus. Outros ainda interpretam-na como significando que os gentios certamente não achariam a proibição arbitrária ou dura, pois estavam bem inteirados das regulamentações levíticas em virtude de sua habitual frequência à sinagoga no sábado.

Embora as interpretações acima apliquem as observações de Tiago a pessoas diferentes (cristãos gentios, cristãos judeus, ambos, e a ala farisaica na igreja de Jerusalém) todos reconhecem que tanto em sua proposta como na justificativa, **Tiago reafirma a natureza obrigatória da lei mosaica que era costumeiramente pregada e lida cada sábado nas sinagogas.**

A manifestação deste excessivo respeito pelo Concílio à lei cerimonial mosaica, a explícita referência de Tiago à sua costumeira leitura e pregação aos sábados nas sinagogas, excluem categoricamente a hipótese de que o sábado já havia sido substituído pelo domingo.

A última visita de Paulo a Jerusalém (58-60 A.D.)

A menção de Lucas de que Paulo “estava apressando-se para estar em Jerusalém, se possível no dia do Pentecoste” (Atos 20:16) e que eles haviam passado os dias dos “pães asmos” em Filipos (Atos 20:6), indica que os cristãos ainda conduziam suas vidas pelo calendário litúrgico judaico. Mais esclarecedor ainda é o registro do que ocorreu na própria Jerusalém.

Tiago e os anciãos, depois que Paulo tinha “contado cada uma das coisas que Deus tinha feito a os gentios por intermédio de seu ministério” (Atos 21:19), disseram a Paulo: “Bem vês, irmão, quantos milhares de judeus há que creem, e todos são zelosos da lei; e foram informados a teu respeito que ensinas todos os judeus entre os gentios a apostatarem de Moisés, dizendo-lhes que não devem circuncidar os filhos nem andar segundo os costumes da lei” (Atos 21:20 e 21).

A profunda lealdade da liderança da igreja de Jerusalém às tradições religiosas judaicas é muito evidente. Não somente Tiago e os anciãos informaram a Paulo que muitos milhares de membros judeus de sua Igreja eram zelosos da lei, mas até mesmo confrontaram o apóstolo com o boato de que ele

dissuadia crentes judeus de praticarem os costumes antigos, tais como a circuncisão, legados por Moisés. Procurando crer que seus receios eram infundados (e de fato não há evidência de serem verdadeiros), **Tiago e os anciãos propuseram que Paulo dissolvesse a maliciosa acusação e provasse que ele mesmo “vivia observando a lei”** (Atos 21:24) ao **submeter-se ao rito purificador no Templo**, juntamente com quatro membros da Igreja que aparentemente haviam se contaminado cerimonialmente. Com isto, sentia-se que toda a multidão de crentes de Jerusalém, bem como todo o povo na cidade podiam ver por si mesmos que **o apóstolo ainda cumpria a lei de Moisés**.

Esta preocupação da liderança da Igreja em reassegurar aos crentes judeus na Palestina o respeito de Paulo pelos costumes dos antigos, sugere, por um lado, que os membros haviam sofrido possivelmente por causa de falsos rumores sobre Paulo, e, por outro, que “eles ainda mantinham o seu modo judaico de viver, circuncidavam os seus filhos, comiam alimento puro, guardavam o sábado, etc”. Isto indubitavelmente facilitou a conversão de “muitos milhares” (Atos 21:20) de judeus, porquanto a aceitação do evangelho não exigia significativas mudanças em seu estilo de vida.

Esta excessiva ligação da igreja de Jerusalém aos costumes religiosos judaicos pode, talvez, deixar perplexo o cristão que considera a igreja-mãe da cristandade como o modelo ideal de sua vida religiosa. **Não se deve esquecer, todavia, que o cristianismo surgiu das raízes e estrutura do judaísmo.** Os primeiros **convertidos judeus viam a aceitação de Cristo, não como a destruição de sua estrutura religiosa, mas o cumprimento de suas expectativas messiânicas que realçavam sua vida religiosa com nova dimensão.** O processo de separar a sombra da realidade, o transitório do permanente, foi gradual e com dificuldades.

O Voto de Paulo

A conduta de Paulo também merece considerações. Violou ele suas convicções ao aceitar a proposta de purificar-se no Templo? Claro que não, uma vez que, por exemplo, ele não se envergonhou de mencionar o incidente quando se defendeu perante Félix (Atos 24:17 e 18). Alguns sugerem que, de fato, como o apóstolo havia anteriormente feito um voto de Nazireu, por sua própria iniciativa em Cencreia (Atos 18:18), ele já estava planejando oferecer sacrifício no Templo para completar o seu voto. Esta hipótese apoia-se no fato de que não há referência de Paulo fazer voto em Jerusalém.

Parece plausível assumir, portanto, que Paulo tivesse propositadamente planejado trazer à sua nação “esmolas e ofertas” (Atos 24:17) **para ajuntar mais intimamente as alas judia e gentia da Igreja.**

Para conseguir esse objetivo, ele evidentemente sentiu que necessitava providenciar também uma demonstração plausível de sua lealdade pessoal à lei e aos costumes. Esta preocupação do apóstolo em confirmar aos crentes judeus o seu respeito pela lei, revela não somente a lealdade destes aos costumes religiosos judaicos, **mas também a indisposição de Paulo em ofender seus irmãos judeus em tais questões** (se uma questão de princípio não estivesse envolvida). Essa atitude do apóstolo é suficiente para desacreditar quaisquer tentativas de atribuir-lhe a responsabilidade pela ab-rogação do sábado e pela introdução da observância do domingo.

Semelhantemente, logo após o concílio descrito, Paulo ao chegar em Derbe que era uma cidade localizada na antiga região da Licaônia e que passou a fazer parte do sul da província romana da Galácia, atuou significativamente para ele mesmo implementar a decisão do concílio de Jerusalém, e evitar quaisquer mal entendido entre os conversos judeus.

Foi assim, que **o Apóstolo dos gentios, ao encontrar-se com Timóteo e resolver levá-lo em suas viagens missionárias, primeiro, decide, circuncidá-lo**, conforme **Atos 16:3**, que nos diz que "quis Paulo que ele fosse em sua companhia e, por isso, circuncidou-o por causa dos judeus daqueles lugares; pois todos sabiam que seu pai era grego"

Além disso, Lucas faz questão de registrar que "ao passar pelas cidades, entregavam aos irmãos, para que as observassem, as decisões tomadas pelos apóstolos e presbíteros de Jerusalém" Atos 16:4

Isto é claramente explicado pelo apóstolo na sua carta aos cristãos de Corinto, quando aduz o seguinte:

"E fiz-me como judeu para os judeus, para ganhar os judeus; para os que estão debaixo da lei, como se estivesse debaixo da lei, para ganhar os que estão debaixo da lei." I Coríntios 9:20

Os objetivos e propósitos do Apóstolo ficam bastante claros quando lemos a epístola aos Gálatas 2:1-6, de maneira a percebermos que a atitude de Paulo com Timóteo foi exclusivamente evangelística, pois, Tito, na mesma ocasião não foi obrigado a circuncidar-se.

"Contudo, nem mesmo Tito, que estava comigo, sendo grego, foi constrangido a circuncidar-se." Gálatas 2:3

Orai para que vossa fuga não suceda em um Sábado

O conselho de Cristo relativo à fuga de Jerusalém também é significativo neste aspecto. Em Mateus, um evangelho endereçado aos cristãos judeus, a admoestação de Cristo é assim registrada: "E orai para que a vossa fuga não aconteça nem no inverno nem no sábado" (Mateus 24:20). Em nossa análise deste texto concluímos que a passagem, oferece um exemplo da guarda do sábado pelos cristãos judeus. Isto bem pode refletir a preocupação da igreja de Jerusalém com a observância do sábado não simplesmente pelo relato de sua referência à cidade, mas especialmente porque segundo a tradição da Igreja primitiva, o evangelho de Mateus foi escrito em aramaico para os cristãos judeus da Palestina.

A análise precedente das fontes do Novo Testamento sobre a igreja de Jerusalém estabeleceu solidamente que a Igreja primitiva aí era composta primariamente de judeus conversos, sendo administrada por eles, e que mantinham uma profunda ligação aos costumes religiosos judaicos, tais como a guarda do sábado. É impossível portanto, assumir que um novo dia de adoração fosse introduzido pela igreja de Jerusalém em qualquer momento. Podemos acrescentar que em vista da enorme influência exercida na Igreja em geral pela liderança e membros cristãos, teria sido praticamente impossível para qualquer igreja, onde quer que estivesse, introduzir a observância do domingo, antes da destruição de Jerusalém em 70 AD.

Acaso o Domingo se Originou na Palestina Após 70 AD?

As evidências acima expostas levaram alguns eruditos a argumentar que a observância do domingo começou na Palestina em tempo ligeiramente posterior, ou seja, após a destruição romana do Templo em 70 AD. Presumem que a fuga dos cristãos de Jerusalém para Pela, bem como o impacto psicológico da destruição do Templo, afastou os cristãos dos regulamentos judaicos tais como a guarda do sábado.

Esse pressuposto é desacreditado pelos testemunhos tanto de Eusébio quanto de Epifânio que nos informam que a igreja de Jerusalém após 70 AD e até o cerco de Jerusalém por Adriano, em 135 AD, era composta e administrada por conversos judeus, os quais se caracterizavam como "zelosos para insistirem na observância literal da lei".

A origem do cristianismo heterodoxo praticamente não pode ser colocada nos tempos do Novo Testamento. Sabemos, por exemplo, que no tempo de Justino, os cristãos judeus eram caracterizados não por heresia cristológica, mas por duas tendências opostas em relação à lei: alguns que não exigiam que os cristãos

gentios “fossem circuncidados, ou que guardassem o sábado ou observassem qualquer outra cerimônia”; outros que queriam “obrigar os gentios ... a viver em todos os aspectos, segundo a lei dada por Moisés”. (*Justin Martyr, Dialogue with Trypho* 47, ANF 1, 218.)

Deve-se notar que, segundo o relato de Justino, tanto a mais moderada como a mais exaltada classe dos cristãos judeus enfatizavam a observância do sábado. Não se faz menção de guardarem o domingo. Se os cristãos judeus já houvessem adotado o domingo além da guarda do sábado, certamente Justino teria feito alusão a isso, em algum momento, em seus repetidos debates sobre a questão do sábado registrado em “*Diálogo Com Trifo*”.

Que melhor meio de encorajar seu amigo judeu Trifo e seu povo a observar o domingo que apontar-lhe seus patrícios, os cristãos judeus, que já estavam fazendo assim? Contudo, a ausência de qualquer referência à observância do domingo pelos cristãos judeus, conjugada aos esforços de Justino para mostrar, a partir do Velho Testamento, a superioridade do domingo sobre o sábado, pressupõe que, em sua época, a observância do domingo era estranha tanto a judeus como a cristãos judeus.

Os Nazarenos

Que os primeiros cristãos judeus não observavam o domingo é também apoiado pelo testemunho de Epifânio, considerando a seita cristã-judaica “ortodoxa” dos nazarenos. O bispo relata que “a seita originou-se após a fuga de Jerusalém, quando os discípulos estavam vivendo em Pella, tendo deixado a cidade conforme a palavra de Cristo e migrado para as montanhas por causa do cerco iminente. Foi assim que ela surgiu, quando aqueles de quem falamos estavam morando na Pereia. (*Epiphanius, Adversus haereses* 29, 7 pp. 42, 402.)

Estes nazarenos, cuja existência do quarto século confirmada é até por Jerônimo, (*Jerônimo relata ter cruzado com os nazarenos e m “Beroes, uma cidade da Síria” - De viris III. 3, NPNF 2a, III, p. 362.*), parecem ser os descendentes diretos da comunidade cristã de Jerusalém que migrou para Pella.

M. Simon confirma sua identidade quando escreve que “são caracterizados essencialmente pela sua tenaz ligação às observâncias judaicas. Se se tornaram hereges aos olhos da igreja-mãe, é simplesmente porque permaneceram apegados a posições antiquadas. Realmente representam, embora Epifânio energicamente se recuse a admiti-lo, os legítimos descendentes diretos da comunidade primitiva, da qual nosso autor sabe que era referida pelos judeus pelo mesmo nome de nazarenos”. (*M. Simon, pp. 47-48; conforme B. Bagatti (nota*

34), pp. 31-35; J. Daniélou (nota 65), p. 56, também vê os nazarenos como descendentes dos cristãos de fala aramaica que fugiram para a Transjordânia)

Deve-se ler o que **Epifânio** tem a dizer acerca deles, particularmente com respeito ao seu dia de adoração. Apesar das tentativas do bispo de denegri-los como "heréticos", no longo relato que faz de suas crenças, nada há de heterodoxo a respeito deles. Após identificá-los com os judeus por usarem os mesmos livros do Velho Testamento (nada de heresias) ele continua:

"Os nazarenos não diferem deles, isto é, dos judeus, em nada de essencial como praticam o costume e doutrinas prescritas pela lei judaica, exceto que creem em Cristo. Creem na ressurreição dos mortos e que o universo foi criado por Deus. Pregam que Deus é um e que Jesus Cristo é Seu Filho. São muito conhecedores da língua hebraica. Leem a lei. ... Portanto, diferem tanto dos judeus como dos cristãos; dos primeiros, porque creem em Cristo; dos verdadeiros cristãos, porque cumprem até agora os ritos judaicos como a circuncisão, a guarda do sábado e outros". (*Epiphanius, Adversus haereses* 29, 7 pp. 42, 402.)

Este quadro dos nazarenos combina bem com o da igreja de Jerusalém anteriormente reconstruído. Existe, pois, a possibilidade de que os nazarenos representem a sobrevivência do legado étnico e teológico do primitivo cristianismo judeu. O fato de que mantiveram a guarda do sábado como um dos seus marcos distintivos mostra persuasivamente que este era o dia original de adoração na igreja de Jerusalém e que nenhuma mudança do sábado para o domingo ocorreu entre os cristãos judeus da Palestina após a destruição da cidade.

A Maldição dos Cristãos

Outra indicação da sobrevivência da observância do sábado entre os cristãos judeus na Palestina se torna evidente, ainda que indiretamente, pelo teste introduzido pelas autoridades rabínicas para detectar a presença de cristãos na sinagoga. O teste consistia de uma maldição que era incorporada na Oração diária – **Shemoneh Esreh** – e devia ser pronunciada contra os cristãos por qualquer participante nos serviços da sinagoga. Marcel Simon relata o texto palestino da maldição e também sugere a data de sua introdução, aceita pela maioria dos estudiosos:

"É da sugestão de J. Gamaliel II, pouco depois da queda de Jerusalém e, muito provavelmente por volta do ano 80 A.D., que foi introduzido no "Shemoneh Esreh", a famosa fórmula contra o "Minim":

"Que os apóstatas não tenham esperança e que o império do orgulho seja prontamente destruído em nossos dias. Que os "nazarenos" e os "Minim" pereçam

em um instante; que eles todos sejam apagados do livro da vida, e que não sejam contados entre os justos. Bendito sejas Tu, ó Deus, que abates os soberbos". (*B. Bagatti (nota 34), pp. 30-31,*)

O testemunho de diversos Pais da Igreja confirma que essa maldição era regularmente pronunciada nas sinagogas. (*Conforme Justin Martyr, Dialogue 16; Epiphanius, Adversus Haereses 29, 9 pp. 41, 404-405; Jerome, Isaïam, PL 24, 87 e 484.*)

Jerônimo, por exemplo, escreve explicitamente: "Três vezes diariamente, em todas as sinagogas, amaldiçoam-se os cristãos, sob o nome de nazarenos". (*Jerome, Isaïam 5, 18, PL 24, 87.*)

O propósito da fórmula não era simplesmente amaldiçoar os cristãos como apóstatas, mas, como observa Marcel Simon, constituía "um teste confiável" para descobri-los. Ele explica que "como todos os membros da comunidade podiam ser convocados, na ausência dos sacerdotes oficiais, para officiar no culto público, o método era certo: o participante contaminado com heresia tinha necessariamente que hesitar em pronunciar, com esta bênção, sua própria condenação. O Talmude declarava claramente: "Sempre que alguém cometer um engano em qualquer benção do Minin deve ser chamado de volta ao seu lugar porque, supostamente, é um Minin". (*M. Simon (nota 73) p. 236.*)

O fato de que após a destruição de Jerusalém introduziu-se um teste pelas autoridades rabínicas palestinas para barrarem a presença dos cristãos e/ou sua participação nos serviços da sinagoga, indica que muitos cristãos judeus na Palestina ainda se consideravam essencialmente judeus. Sua aceitação de Cristo como o Messias não impedia sua frequência aos serviços da sinagoga no sábado. A existência desta situação desacredita, portanto, qualquer tentativa de tornar os cristãos judeus responsáveis, à esta altura, pela substituição da guarda do sábado pelo culto no domingo.

A política do Imperador Adriano

Indicações adicionais indiretas da permanência da observância do sábado na igreja de Jerusalém após 70 A.D. são fornecidas pelos eventos relativos à destruição da cidade por Adriano em 135 A.D. O imperador, após rudemente esmagar a revolta de Barkokeba (132 a 135 A.D.), reconstruiu sobre as ruínas de Jerusalém uma nova cidade romana, Aelia Capitolina. (*Dio Cassius, Historia 59, 12, 1, LCL VIII, p. 447*)

A esta altura, foram impostas sobre os judeus duras restrições. Foram expulsos da cidade, proibidos categoricamente de voltar, e proibidos de praticar sua religião, particularmente seus dois costumes peculiares: o sábado e a circuncisão.

As fontes rabínicas falam exaustivamente das restrições impostas por Adriano, cujo reino é comumente referido como a "época da perseguição – shemad" ou "a época do edito – gezarah". (S. Krauss, *"Barkokba" Jewish Encyclopedia*, 1907, II, p. 509,)

Estas medidas repressivas tomadas pelo imperador contra os judeus afetaram não somente as atitudes dos cristãos em geral, para com os judeus, mas especialmente a composição étnica e orientação teológica da igreja de Jerusalém.

Da última, relata Eusébio: "E assim, quando a cidade havia sido esvaziada da nação judaica, e sofrido total destruição dos seus habitantes antigos, foi colonizada por uma raça diferente, e a cidade romana que surgiu em seguida, mudou de nome para Aelia, em honra do imperador Aelius Adrian. E, como a igreja lá era agora composta de gentios, o primeiro a assumir seu governo, após os bispos da circuncisão, foi Marcos. (Eusebius, HE 4, 6, 4 NPNF 2ª, 1, pp. 177-178.)

O fato de que em resultado do edito de Adriano, **os membros e bispos cristãos-judeus foram substituídos por gentios, indica ter-se feito clara distinção entre os dois naquela época.**

Admitimos que a distinção não se limitou apenas ao fator racial, mas incluiu também uma nova orientação teológica em particular para com as festividades judaicas características tais como a páscoa e o sábado. Esta hipótese é apoiada pelo testemunho de Epifânio, que em seu longo relatório acerca da controvérsia sobre a data da celebração da páscoa, declara: "A controvérsia surgiu (literalmente, foi aguçada) após o êxodo dos bispos da circuncisão (135 A.D.) e continuou até nossa época". (Epiphanius, *Adversus haereses*, 70, 10, PG 52, 355-356.)

O bispo faz referências específicas aos quinze bispos judeus cristãos que administravam a igreja de Jerusalém até 135 A.D. e que até àquela época tinham celebrado a Páscoa Quartodecimana, pois baseavam-se em um documento conhecido como a Constituição Apostólica, onde a seguinte regra é estabelecida: "Não mudareis o cálculo do tempo, porém a celebrareis à mesma época que vossos irmãos que vieram da circuncisão. Com eles observareis a Páscoa". (Ibid., PG 42, 357-358)

A controvérsia da Páscoa foi aparentemente provocada por um grupo minoritário que se recusou a abandonar a prática do sistema Décimo-Quarto e a aceitar a inovação da Páscoa dominical.

O fato de que a controvérsia sobre a data da páscoa hebraica surgiu, não antes, mas na época em que a nova política anti-judaica do imperador provocou uma

reconstituição da igreja de Jerusalém com membros e líderes gentios, **sugere, primeiramente, que até àquela época, a Igreja, composta primariamente de cristãos-judeus**, havia sido leal às instituições religiosas judaicas básicas, tais como a Páscoa hebraica e o sábado; e, em segundo lugar, sugere que certas mudanças, particularmente no calendário litúrgico, foram ocasionadas pelas novas medidas repressivas adotadas pelo imperador que iam de encontro às práticas religiosas judaicas.

Conclusão

Estes dados históricos desacreditam qualquer tentativa de tornar a igreja de Jerusalém, antes de 135 A.D., a campeã das inovações litúrgicas tais como o culto do domingo. Descobrimos que, entre todas as Igrejas cristãs, esta estava aparentemente, tanto racial quanto teologicamente, mais próxima das tradições religiosas judaicas e lhe era mais fiel.

Depois de 135 A.D. quando Jerusalém foi reconstruída como uma colônia Romana pagã – Aeolia Capitolina – a igreja perdeu seu prestígio teológico tanto para os judeus como para os cristãos.